

## Outra cidade possível: experimentações LGBT+ no carnaval de rua [I]

### Another possible city: LGBT + experiences in the street carnival

Carolina Rodrigues Chaves Nogueira, Raquel Garcia Gonçalves\*

#### Resumo

Os espaços públicos, ainda que pretensamente acessíveis de modo igualitário, oferecem possibilidades de usufruto e ocupação mais ou menos restritivas, dependendo dos grupos que ali se colocam. A cidade, enquanto reflexo das ideias e valores sociais dominantes, tem na heterossexualidade a norma legítima e moralmente constituída, que conforma não apenas modos de pensar, mas também os comportamentos expostos nos espaços públicos, sendo a vida urbana reflexo da cultura. O artigo tem como objetivo principal apresentar narrativas contra hegemônicas sobre a vivência urbana. Para isso, tais narrativas foram cartografadas através de experiências de pessoas LGBT+, no contexto espaço-temporal do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil. A cartografia como método permitiu a produção de dados subjetivos que levaram a um debate inspirado na atuação da Internacional Situacionista, que buscava construções experimentais de momentos e ambiências guiadas por desejos transformadores da normalidade passiva do cotidiano. Dessa forma se busca mostrar, através das narrativas, que o Carnaval de Rua estabelece um espaço-tempo onde se questiona o discurso dominante da heteronormatividade, propiciando uma vivência urbana transformada em relação àquela experienciada na rotina habitual

**Palavras-chave:** espaço público; comunidade LGBT+; carnaval de rua; Internacional Situacionista.

#### Abstract

Public spaces, although supposedly equally accessible, offer possibilities for more or less restrictive enjoyment and occupation, depending on the groups placed there. The city, as a reflection of the prevailing social ideas and values, has in heterosexuality the legitimate and morally constituted norm, which shapes not only ways of thinking, but also the behaviors exposed in public spaces, with urban life reflecting culture. The main objective of the article is to present counter-hegemonic narratives about urban living. For that, such narratives were mapped through experiences of LGBT + people, in the space-time context of the Street Carnival in Belo Horizonte, Minas Gerais / Brazil. Cartography as a method allowed the production of subjective data that led to a debate inspired by the action of the Situationist International, which sought experimental constructions of moments and environments guided by desires that transform passive normality in everyday life. In this way, it is sought to show, through the narratives, that the Street Carnival establishes a space-time where the dominant discourse of heteronormativity is questioned, providing a transformed urban experience in relation to that experienced in the usual routine.

**Keywords:** public place; LGBT + community; street carnival; Situationist International.

## I INTRODUÇÃO

Existe um entendimento hegemônico, como tratado e criticado por Delgado, de que, nos espaços públicos, são desfeitas as desigualdades sociais, sendo seu acesso livre e igualitário, como se existisse uma esfera pacífica entre os diversos elementos da sociedade, onde as diferenças são superadas e postas de lado (DELGADO, 2011). O espaço público, porém, é o lugar da vida coletiva, das ações públicas, dos encontros, das disputas cotidianas, dos conflitos. Nesse sentido, apesar do discurso que idealiza os espaços públicos, nesse mesmo espaço real as diferenças e conflitos se escancaram e se apresentam como práticas de resistência e contestação. As desigualdades de classe, gênero, raça, sexualidade, carregadas de estigmas, ali se evidenciam e ganham visibilidade. Ao mesmo tempo, o espaço público explicita o exercício de poder de um grupo sobre outro, da inclusão de uns em detrimento de outros.

A cidade, enquanto reflexo das ideias e valores sociais dominantes, tem na heterossexualidade a norma legítima e moralmente constituída, revelando um ambiente que rejeita sexualidades e identidades de gênero desviantes deste padrão sexual (CARVALHO & MACEDO, 2017). A heterormatividade conforma não apenas modos de pensar, mas também comportamentos expostos na cidade, sendo a vida urbana reflexo da cultura. Depoimentos e dados de violência urbana contra pessoas LGBTQ+<sup>[2]</sup> demonstram que os espaços públicos, supostas áreas de convivência e harmonia coletiva, em realidade representam cerceamento de vivências e risco de existência de grupos que rompem com os acordos de sexualidade impostos pelos poderes atuantes sobre os corpos na cidade. Logo, a repressão moral, legislativa e/ou violenta, visa a proteção desses valores dominantes, vislumbrados no controle das formas de uso e apropriação dos espaços públicos.

Segundo Soliva, cuja pesquisa tratou de entrevistar jovens LGBTQ+ na cidade do Rio de Janeiro, a violência urbana contra esse grupo é desencadeada por ao menos duas ações: a primeira, por demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo. A segunda, em “situações nas quais estão presentes uma ou mais pessoas que destoam das expectativas

1: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, além do CNPq e da FAPEMIG.

2: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

de gênero associadas ao seu sexo biológico” (SOLIVA, 2011, p.124). Grupos que possuem existências não-normativas, tais como aqueles que questionam a heterossexualidade e a binaridade de gêneros, buscam encontrar vivências resistentes às ações e discursos dominantes. A manifestação pública de afeto como visibilidade da diversidade sexual, de acordo com Silva & Santos, importa tanto por necessidade de expressão de sentimentos, individual, quanto por estratégia coletiva de enfrentamento à violência e às violações de direitos (SILVA & SANTOS, 2015). A ocupação dos espaços públicos, portanto, passa de uma demanda pessoal para um processo político, coletivo e de resistência à discriminação.

A partir dessas considerações, este artigo tem como objetivo principal apresentar narrativas contra hegemônicas sobre a vivência urbana. Para isso, tais narrativas foram cartografadas através de experiências de pessoas LGBTQ+, no contexto espaço-temporal do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, em Minas Gerais/Brasil. Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, que estuda as experiências e vivências do espaço público pela comunidade LGBTQ+, abordando o Carnaval de Rua como espaço transformado da experiência urbana ao subverter as dinâmicas de poder heteronormativas. Carnavalizar, mais que festejar, envolve a busca pelo sentimento de pertencimento à cidade, através da apropriação festiva como forma de manifestação pública das lutas pelas quais se colocam os coletivos, em forma de blocos de rua.

A opção metodológica para produção de dados para esta pesquisa é a cartografia, entendida por Barros & Kastrup como um desafio para “desenvolver práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades” (BARROS; KASTRUP, 2015, P. 56). Fala-se em produção e não coleta de dados visto que, segundo as autoras, objetiva-se, com este método, desenhar uma rede de forças à qual o objeto se encontra conectado através de uma processualidade investigativa, onde não se busca um resultado específico, mas adentra-se no universo proposto com atenção concentrada e aberta.

Segundo Alvarez & Passos, o compartilhamento do território existencial entre sujeito e objeto de pesquisa é determinante para a prática cartográfica e pressupõe um processo de aprendizado do cartógrafo, construído no próprio processo de pesquisa, pensado como um trabalho de cultivo e refinamento, e não como uma série de etapas e regras a serem aplicadas (ALVARES & PASSOS, 2015). O Carnaval de Rua é um campo habitual de uma das autoras deste trabalho e sua vivência foi essencial para sua concepção e desenvolvimento. Contudo, durante o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, as movimentações urbanas e carnavalescas estiveram suspensas, e assim permanecem, de modo a serem respeitadas as medidas de isolamento social. Dessa forma, buscou-se reinventar as opções metodológicas da pesquisa, para que estivessem condizentes com o contexto atual. O território da vivência compartilhada, então, passou a ser digital. Conforme pressuposto no método cartográfico, não se tratou de uma pesquisa objetiva sobre algo, mas sim de um processo construtivo subjetivo, em conjunto com os sujeitos envolvidos na prática em questão. O aprendizado pressuposto veio a partir do entendimento de que, ao adentrar neste território virtual, não se sabia de antemão o que se pretendia buscar, mas o processo foi realizado com uma “receptividade afetiva” (ALVARES & PASSOS, 2015) que implica na não separação entre “sujeito e objeto, pesquisador e campo da pesquisa, teoria e prática” (Ibidem, p. 137), abrindo-se ao encontro daquilo que não é procurado, ou não se sabe exatamente o que é, traçando um caminho sem metas predeterminadas.

Para cumprir o objetivo da pesquisa, através da cartografia, buscou-se despertar as memórias e os afetos de pessoas LGBTQ+ envolvidas de diversas formas com o Carnaval de Rua de Belo Horizonte, enquanto foliões, membros de bateria, produtores, organizadores, artistas. O território virtual proposto foi uma página na rede social *Instagram*, denominada Diversidade Carnavalizada<sup>[3]</sup>. Por ali, assim, tratou-se de investigar, através de narrativas pessoais, as memórias, experiências, sentimentos e sensações vivenciados por pessoas LGBTQ+ nos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte através do Carnaval de Rua. Sugeriu-se que as participações fossem através do envio de vídeos, áudios e/ou textos. Não foram realizadas perguntas

guiadas ou orientações específicas, buscando a subjetividade das experiências reais e pessoais. Foram recebidas vinte e cinco narrativas.

A cartografia proposta teve como intuito alterar o lugar da enunciação, dando espaço e visibilidade a narrativas que desafiam os relatos sócio-espaciais dominantes, envolvidos na cultura heteronormativa, aceitos como representações naturais e inquestionáveis, sendo resultado dos olhares que os poderes hegemônicos lançam sobre os territórios. Para Foucault, o método cartográfico baseia-se no “deslocamento do olhar daquilo que sempre foi considerado como central, nuclear, essencial para se entender o funcionamento da sociedade e das instituições, para aquilo que era descrito como periférico, marginal, menor, fronteiro” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, VEIGANETO, SOUZA FILHO, 2011, p. 9). Um conceito fundamental nessa discussão é apresentado por Foucault como dispositivo, que contribui para a conformação das verdades promulgadas, como a sexualidade, por estratégias de saber e poder, que conformam as narrativas dominantes (FOUCAULT, 2013). Assim, o projeto Diversidade Carnavalizada, no *Instagram*, expõe um olhar alternativo àquele conformador do dispositivo da sexualidade, onde, através da festa carnavalesca, uma nova narrativa, questionadora do discurso dominante, é construída por pessoas LGBTQ+.

Uma cartografia coletiva crítica, segundo o grupo argentino Iconoclastas (2013), é passível de gerar um intercâmbio no grupo para a elaboração de narrativas e representações gráficas que disputem com aquelas impostas por instâncias hegemônicas. Segundo o grupo, os mapas tradicionais são representações ideológicas que, contudo, não representam a realidade dos territórios, pois não contemplam a subjetividade dos processos territoriais, as representações simbólicas ou os imaginários presentes sobre o mesmo. A cartografia proposta por esse trabalho, assim construída com o propósito de ser contra hegemônica, adentra nessa nova narrativa coletiva, buscando-se investigar como são as vivências experienciadas pelas pessoas LGBTQ+ nos espaços públicos urbanos.

3: Disponível em:

<https://www.instagram.com/diversidadecarnavalizada/>

Assim como apontam Barros & Kastrup (2015) e Alvarez & Passos (2015), ao considerar a cartografia como método de produção de dados de construção subjetiva, também os Iconoclasistas (2013) entendem o processo não como um fim, mas como um meio para a socialização de saberes e práticas, para o impulso da participação coletiva, para a disputa de espaços e discursos hegemônicos, para desnaturalizar a linguagem dos meios de comunicação em massa, para colaborar com a socialização de informações e experiências. Apesar das condições de isolamento social impostas como barreiras sanitárias pela pandemia da COVID-19, o que dificulta um trabalho de construção coletiva em modelos de oficina, entende-se que o compartilhamento digital das histórias contribui para o objetivo de trazer à tona as narrativas conformadoras desse outro imaginário experienciado no carnaval.

Num primeiro momento, a cartografia construída não se espacializa num mapa plano, mas cumpre o papel de potencializar a difusão de novos paradigmas de interpretação da realidade, como um modo de produzir territórios, que são dinâmicos e permanecem em constante mudança, onde as fronteiras simbólicas são continuamente alteradas pela ação dos corpos e das subjetividades, tal como apontam os Iconoclasistas (2013) como parte importante do processo de cartografia coletiva.

A cartografia realizada ao acompanhar as histórias narradas e publicadas na página de *Instagram* Diversidade Carnavalizada permitiu conceber um fio narrativo, construído no próprio processo da pesquisa e permitido através do engajamento receptivo e afetivo pressuposto pelo método cartográfico. O caminho percorrido permitiu entender que outros imaginários e experiências de cidade são possíveis, e que o Carnaval de Rua estabelece um espaço-tempo onde se questiona o discurso dominante da heteronormatividade, propiciando uma vivência urbana transformada em relação àquela experienciada no cotidiano.

Este fio narrativo construído tem inspiração nas Situações idealizadas pela Internacional Situacionista, ao apresentar trechos das histórias relatadas como percepções de um novo

imaginário de possibilidades, através do Carnaval de Rua, de vivências do espaço urbano, comumente cerceadas no contexto contemporâneo de sociedade heteronormativa.

Considerando o objetivo definido e a metodologia adotada, o artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, através de dados sobre legislação e violência urbana contra a população LGBTQ+ no Brasil, além de trechos das narrativas pessoais apresentadas na página de *Instagram*, contextualiza-se os espaços públicos contemporâneos no que diz respeito ao cerceamento de direitos e às possibilidades de vivências a esse público relegadas; num segundo momento, trata-se de breve histórico do Carnaval de Rua de Belo Horizonte/MG e das possibilidades oferecidas por ele nas formas de uso e apropriação dos espaços públicos; e, por fim, adentra-se na construção conformada pelas narrativas de pessoas LGBTQ+, cartografadas à luz de alguns ideais situacionistas, através da experimentação de uma outra realidade vivenciada por meio do Carnaval de Rua.

## 2 A DESIGUALDADE NA PERMISSIVIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os espaços públicos, ainda que pretensamente acessíveis de modo igualitário, oferecem possibilidades de usufruto e ocupação mais ou menos restritivas, a depender dos grupos que ali se colocam. Delgado entende que esses espaços são categorizados enquanto espaços políticos, sobre os quais agem influências, ideologias (DELGADO, 2011). O conceito vigente, segundo o autor, envolve um senso de moralidade que determina que deva haver fluidez nos deslocamentos, onde se instalem usos adequados e comportamentos desejáveis. Que seja asseado, previsível, seguro. Onde as diferenças devam ser temporariamente superadas e os cidadãos convivam em concórdia. Essa domesticação e idealismo impostos, contudo, não apagam a existência dos conflitos inerentes à vida urbana pública, que se explicitam no espaço. Delgado pontua, ainda, que essa tratativa idealiza o desaparecimento das desigualdades,

ignorando as divergências, em nome de valores superiores (DELGADO, 2011).

A coexistência dos conflitos, que persistem e, inclusive, dão vitalidade ao espaço público, é também causadora de transtornos. Episódios de violência física e simbólica contra grupos minoritários são constantes e refletem na negação de direitos humanos e do direito à cidade, retratados na disputa existente pelos espaços de convívio dominados por grupos hegemônicos. No caso da comunidade LGBTQ+, o crescente ativismo, nas últimas décadas, contribuiu para uma maior visibilidade e alguma normalização de pessoas com sexualidades e identidades de gênero distintas da heteronormatividade. Contudo, não há um cenário de real inclusão, sendo falha a aplicabilidade da lei e constantemente presente violências diversas.

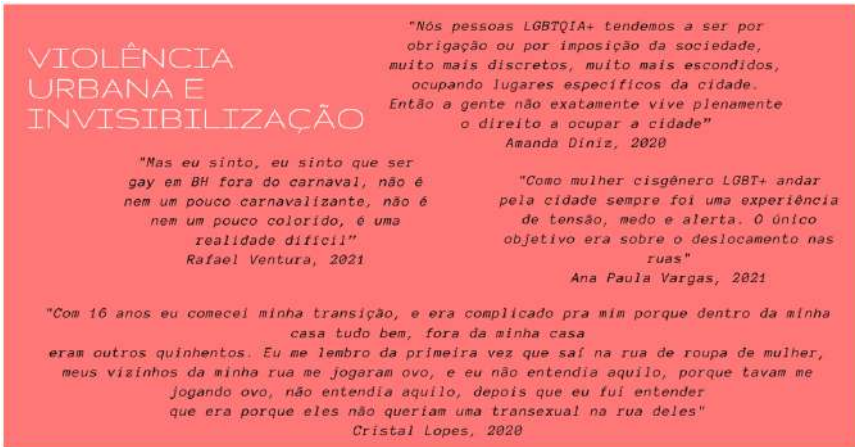
No Brasil, alguns avanços foram alcançados, em termos judiciais e legislativos, na última década. De acordo com Santos, em 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o direito de adoção por casais homoafetivos e, apenas em 2015, o reconhecimento passou também pelo Superior Tribunal Federal (STF). Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que permite que cartórios realizem o casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo (SANTOS, 2020). O reconhecimento de nome social e identidade de gênero foi ainda mais tardio: em 2016, foi garantido por decreto o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal e, em 2018, foi autorizado pelo STF a alteração de nome no registro civil de pessoas trans sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial. Em 2019, a discriminação por LGBTQfobia foi enquadrada como crime semelhante ao racismo, e, em 2020, foram suspensas as restrições para doação de sangue por homossexuais, ambas decisões tomadas pelo STF.

Apesar desse cenário, são frequentes os episódios de violência e LGBTQfobia em espaços públicos, onde podem ocorrer agressões físicas, ameaças, assédio, estupros, insultos, linchamento e até assassinatos, que torna vulnerável o direito à vida, a integridade

física e mental, a dignidade, a liberdade e as relações sociais. O país, assim como em outros pontos do mundo, passa por um cenário de retrocesso, com a tomada de força de uma onda conservadora que acaba por impulsionar uma sociedade desigual, excludente e reacionária. Manifestações, campanhas de desinformação e discursos de ódio mobilizam ações preconceituosas e estratégias de estigmatização.

A violência contra pessoas LGBTQ+ nos espaços públicos de cidades do Brasil é apontada em relatórios como os realizados pelo Grupo Gay da Bahia, que expõem, anualmente, dados sobre mortes violentas dessa população. Em 2019, segundo o relatório (OLIVEIRA, 2020), 329 pessoas LGBTQ+ foram vítimas de morte violenta no Brasil, predominando as mortes de gays – 52,8%, seguidos por travestis e transexuais – 35,8%. Tais dados indicam uma morte de LGBTQ+ brasileiro a cada 26 horas, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais (Ibidem). Segundo o mesmo relatório, 34,36% das mortes violentas aconteceram em vias, áreas de matagal, rodovias e estradas, parques, terrenos baldios e outros espaços públicos.

Esse tipo de análise denota a vulnerabilidade em que estão expostas pessoas LGBTQ+ nos espaços públicos, como apontado também nas narrativas pessoais, apresentadas na página de Instagram Diversidade Carnavalizada, identificando trajetórias individuais e coletivas na vida real permeadas por violências e invisibilização, conforme a Figura 1. As percepções tratam da dificuldade de expressão das sexualidades e identidades de gênero nos espaços públicos urbanos, onde LGBTQs+ terminam por se concentrar em alguns poucos e determinados locais, ou passam por sensações de medo e alerta. Os espaços públicos são identificados como espaços de passagem e deslocamento, quando a iminência da insegurança ou violência permeia a experiência.



**Figura 01:** Narrativas LGBTQ+ sobre o cotidiano urbano.  
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

A negação do livre acesso aos espaços públicos, seja pela violência explícita, seja por ameaças, julgamentos e invisibilização, repercute na negação do direito à cidade daqueles que, de alguma forma, rompem com as normas afetivas e sexuais impostas pelo poder heterossexual dominante, ao “atacar” a moralidade imposta aos espaços públicos como lugares de respeito.

Cabe destacar que o direito à cidade, conceituado por Lefebvre<sup>[4]</sup>, trata do direito à vida urbana transformada, voltada à fruição plena, aos locais de encontros e trocas, à apropriação dos espaços, aos ritmos de vida que permitam o uso inteiro dos momentos e locais (LEFEBVRE, 2011). Trata-se, assim, de importante conceito para a busca por uma vivência urbana mais plena e completa, principalmente no que diz respeito aos grupos minoritários, como a comunidade LGBTQ+.

### 3 CARNAVAL DE RUA: OUTRAS POSSIBILIDADES

O contexto espaço-temporal deste artigo, o Carnaval de Rua de Belo Horizonte/MG, tem no conceito de direito à cidade uma de suas raízes. O chamado “ressurgimento” da festa carnavalesca se deu em fins da década de 2000, e foi potencializado pelo movimento que ficou conhecido como Praia da Estação, surgido como reação a um decreto municipal<sup>[5]</sup> que proibia a realização

de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, no centro da cidade. Justificada pelo entendimento de que tal proibição resultava em medida higienista e antidemocrática, uma manifestação foi organizada pela internet, incentivando a ocupação da Praça da Estação e sugerindo-se o uso de trajes e acessórios de praia. Como ficou conhecida, a Praia da Estação teve grande adesão, tendo se espalhado e perdurado, mesmo após enfrentamentos com a polícia e fiscalização pública.

A Praia da Estação, existente até os dias atuais, potencializou o desejo de uso e ocupação dos espaços da cidade e blocos de carnaval surgiram e se fortaleceram no cenário urbano, buscando debater a produção do espaço e o direito à cidade através da apropriação lúdica do espaço público. As pautas dos grupos e blocos carnavalescos se expandiram a vários conflitos sócio-espaciais contemporâneos, como causas feministas, raciais e da comunidade LGBTQ+, lutas de classes, territoriais, políticas, mobilidade urbana, habitação. Esse carnaval se caracteriza pela diversidade de manifestações, pelo modo de ocupar a rua, pela participação aberta, pelo conteúdo político. Assim, é conhecido e se autodenomina como Carnaval de Luta, ao levantar pautas sócio-espaciais importantes à cidade contemporânea, ao enfrentar ações arbitrárias do poder público, ao ser contra a normalização da vida urbana e as lógicas hegemônicas de produção do espaço. É importante pontuar, contudo, que com o crescimento e mercantilização da festa na cidade, que contou com 4,45 milhões de foliões e 347 blocos de rua em 2020 (PBH, 2020), o caráter adotado pelos blocos se tornou bastante diverso, e outros modelos coexistem com os blocos autodeclarados de luta, que seguem resistindo ao longo dos últimos dez anos.

Um número considerável desses blocos de luta, existentes desde o início dos anos 2010 ou descendentes destes, se posiciona explicitamente como apoiador ou simpatizante à causa LGBTQ+. Além daqueles que são compostos essencialmente ou majoritariamente por pessoas LGBTQ+, o caráter político, social e progressista desses grupos faz com que as pautas debatidas sejam permeadas por outras de semelhante viés, que se interseccionam nos discursos e se explicitam no espaço físico, que se torna mais receptivo a essa comunidade mesmo

4: O conceito foi desenvolvido pelo autor no livro *O Direito à Cidade*, originalmente publicado no ano de 1968.

5: Decreto nº 13.798 de 09 de dezembro de 2009, posteriormente revogado pelo Decreto nº 13.960 de 04 de maio de 2010, que ainda previa o licenciamento de eventos através de uma série de normas.

onde a pauta principal não seja a sexualidade. Os blocos de rua e de luta clamam pelo direito à cidade, pelo direito de falar e se manifestar em público, numa busca pela ampliação de direitos e de visibilidade urbana, na sociedade e nas relações sociais.

A pesquisa que embasa este artigo buscou cartografar as experiências urbanas vivenciadas no Carnaval de Rua por pessoas LGBTQ+, com diversas posições nos blocos, como produtores, artistas, membros da bateria, foliões. Através das narrativas, busca-se mostrar que a ocupação lúdica pela festa de algum modo subverte a relação normativa referente ao gênero e à sexualidade, refletindo uma sinalização de abrandamento do domínio de coerção imposto pela heteronormatividade. A possibilidade de experienciar um novo imaginário de cidade é explicitada nas histórias narradas, onde o espaço público deixa de ser local de medo e comedimento e se torna liberdade, vivência plena da própria identidade, direito à ocupação, ao protagonismo, à voz.

#### 4 CARTOGRAFIAS DE UM NOVO IMAGINÁRIO URBANO

As experimentações pelas quais perpassam as vivências narradas são atravessadas pelo contexto específico da festa, atividade voltada ao prazer, à euforia coletiva, ao valor de uso da cidade. O valor de uso é um conceito indicado por Lefebvre que se relaciona a um investimento improdutivo na cidade, diretamente contrastante com o valor de troca imposto pela mobilização da riqueza e acumulação do capital, com a predominância da produção da cidade enquanto mercadoria (LEFEBVRE, 2011). Segundo o autor, o valor de troca, mesmo que suprima as necessidades humanas elementares, não satisfaz as aspirações, o uso dos lugares, a força das diferenças. O valor de uso, portanto, é fundamental na construção do conceito de direito à cidade, onde o lúdico e o imprevisível encontram maior permissividade na busca por transcender a cotidianidade.

O carnaval se ocupa de um espaço público que, normativamente, pinta a superação das diferenças e conflitos num lugar harmônico

e exerce controle sobre os corpos e formas de manifestação. Mas, através dessa efervescência coletiva, a festa suspende a ordem, a disciplina, a seriedade, atingindo um patamar fora da normalidade, alimentado pelo prazer.

Compreende-se o Carnaval de Rua como uma prática sócio-espacial de apropriação do espaço público em nome de uma ressignificação de seu uso destinado, bem como das formas de apropriação hegemonicamente impostas, permitindo-se a liberação de excessos e prazeres passíveis de transformar a realidade normativa, ainda que em um recorte espaço-temporal, através da criação de um novo imaginário de cidade possível. A inspiração para esse debate, neste artigo, encontra lugar junto às Situações propostas pela Internacional Situacionista, movimento europeu artístico, político e cultural atuante a partir de 1957. A intenção do movimento era ultrapassar a espetacularização urbana imposta às sociedades no pós-guerra, com o fortalecimento do capitalismo, que alimenta a alienação e a não-participação do espectador. O contexto, as estratégias e até mesmo o objetivo principal da atuação situacionista, a transformação revolucionária da vida cotidiana, não se aplicam diretamente à proposta deste trabalho. Daí sua utilização enquanto inspiração.

As Situações seriam construções experimentais de momentos e ambiências, guiadas por desejos transformadores da normalidade passiva do cotidiano, criando uma nova realidade que pudesse ser realmente vivida por seus construtores, ou vivenciadores, não mais espectadores. Um novo modo de vida era um objetivo perseguido pelos Situacionistas e a proposta era intervir sobre “os fatores complexos dos dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram” (DEBORD, 2003, p. 54).

As histórias narradas sobre as vivências do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, ainda que com peculiaridades individuais, perpassam por similaridades no que diz respeito às sensações resultantes das experiências. As narrativas contam sobre uma vivência diferenciada, que aparenta ser paralela àquela vivida por LGBTQ+ ao longo da vida e no cotidiano, que reflete num espaço mais inclusivo e permissivo, vivenciado não só com prazer, mas com paixão. Sentimentos de alegria, êxtase, pertencimento,

identificação, recorrentes nos relatos que tratam deste Carnaval de Rua, evidenciam essa participação ativa ligada ao patamar dos desejos, do engajamento, do envolvimento, tal qual se propunham as Situações. Os vivenciadores dessa outra realidade se tornam responsáveis pela construção dela, e suas liberdades de apropriação são retroalimentadas pelo novo espaço conformado.

Assim, a medida que as histórias foram sendo contadas, foi construído o fio principal que cartografa as narrativas, inspirado nas Situações, que propõe a experimentação de outra realidade, onde a expressão de sexualidades e de gêneros é vivida mais plenamente, com mais liberdade, contribuindo para a compreensão da força das paixões, sentimentos e emoções experienciados na festa. Também a partir das histórias foi possível perceber que a sensação de experimentar um novo imaginário de cidade se sobrepõe a outras vivências, lidas como permissividade na expressão de identidades e formas de luta e resistência. As leituras possíveis sobre as narrativas, contudo, não são limitadas, podendo ser construídas diferentes cartografias sobre os relatos. A Figura 2 ilustra a forma como foram cartografadas as narrativas, distribuídas entre essas sensações e percepções.



**Figura 02:** As narrativas denotam a experimentação de outra realidade, que se intersecciona com sensações de expressão de identidade e de luta e resistência.

Assim, foram distribuídos trechos das narrativas sobre cada um desses imaginários percebidos, que foram referenciados através do nome do narrador e do ano em que o relato foi recebido. As histórias completas, narradas por essas pessoas LGBTQ+ vivenciadoras do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, se encontram disponibilizadas na página de *Instagram* Diversidade Carnavalizada.

Como é possível ver através da Figura 3, a experimentação de uma realidade paralela é explícita nas histórias narradas, mostrando que o carnaval é um recorte espaço-temporal onde a vivência urbana se torna mais humana, segura, completa.

**Figura 03:** Narrativas LGBTQ+ sobre a experimentação de outra realidade. Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

*"Ocupar essa cidade como uma pessoa trans negra é muito difícil, as pessoas não me querem onde elas estão. [...] Então eu fui eleita rainha do bloco afro Angola Janga, foi o primeiro bloco que me fez rainha do carnaval [...] e apostou na minha luta, na minha causa"*  
Cristal Lopes, 2020

*"Uma coisa que eu gosto muito de dizer é que a gente tem que pensar o carnaval como uma outra temporalidade, um outro lugar. É como se a gente pudesse pegar um controle remoto e dar pausa no tempo corrente, normal, e aí abre-se uma janela paralela com outro universo, com uma outra temporalidade, e nos transportássemos para ali. E aí esses dias de carnaval é uma outra realidade paralela né, que é linda, que é maravilhosa, que é cheia de liberdade. E quando o carnaval acaba a gente volta a dar play na vida normal"*  
Rubens Aredes, 2021

*"Como LGBTQ+ eu penso que todo dia poderia ser carnaval. Não exatamente pela festa, mas pela sensação de liberdade, respeito, e de poder exercer sem medo algum a realidade de ser eu mesmo nas ruas"*  
Matheus Mendonça, 2021

*"Principalmente para recortes minoritários, o carnaval é um lugar de liberdade, de menos assédio, e que é sem julgamento, é uma fantasia mesmo. No carnaval fica parecendo que a rua é de todo mundo de verdade, indistintamente, coisa que com certeza a gente não percebe durante o ano todo"*  
Amanda Diniz, 2020

A sensação de liberdade é recorrente e aponta para uma maior flexibilidade nas formas de expressão, sejam elas relacionadas às demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo ou a outras performances ou identidades de gênero. Cristal Lopes, rainha de diversos blocos de rua de Belo Horizonte, em sua narrativa sobre o cotidiano urbano, apontada anteriormente



na Figura 1, relata as violências sofridas em sua vivência urbana enquanto mulher trans negra. Contudo, a experiência vivida por ela no Carnaval de Rua é oposta. Sua luta é enaltecida e sua vida é reconhecida e, segundo a mesma, atualmente ela é rainha dos blocos Angola Janga, Garotas Solteiras, Alô Abacaxi, Magnólia e Truck do Desejo, desfilando entre a bateria e tendo lugar de destaque nos cortejos, sendo exaltada e valorizada. Como apontam os relatos acima, viver o Carnaval de Rua é experimentar uma realidade paralela, outra temporalidade, onde há a sensação de liberdade e respeito, como se a rua fosse de todo mundo de verdade, sem medo de ser quem se é. O momento traz leveza às relações com a cidade, que se torna mais permissível às possibilidades de vivência, pertencimento, visibilidade. A tudo isso soma-se o desejo de que essa realidade pudesse transpassar os limites da festa, da fantasia, o desejo de pertencer à cidade, à sociedade. Ana Paula Vargas fala de um “mapeamento simbólico da cidade”, onde os pontos de ensaios, shows e cortejos se tornaram reconhecíveis e transformados: “Me libertei de medos, conheci o pertencimento a um grupo e lugar, me permiti estar nos locais públicos me sentindo segura por estar cercada de meus iguais. Finalmente as ruas deixaram de ser lugar de estranhamento para ser lugar de conquista de espaços para mim” (VARGAS, 2021). Reconhecer-se na cidade em que se vive, poder pertencer a espaços, fazer dos espaços públicos mais que lugar de passagem, direciona-se à busca por um direito à cidade. Para Ana Paula, “como mulher cisgênero LGBTQ+, andar pela cidade sempre foi uma experiência de tensão, medo e alerta. O único objetivo era sobre o deslocamento nas ruas” (VARGAS, 2021). Viver o carnaval transformou essa experiência urbana ao proporcionar pertencimento aos espaços públicos urbanos.

Esse mapeamento simbólico perpassa outras histórias, que denotam a importância de certos espaços que se tornam emblemáticos a partir das formas diversas de ocupação festiva.

Pra mim é uma constituição cultural a partir do espaço físico [...] Existe o viaduto ali, e aí você forma os movimentos culturais ali [...] Então você tem ali o samba da meia-noite, você tem vários outros blocos que ensaiam, que fazem questão que seja ali, que fazem um corre gigante pra que seja ali (ANA ROBERTO, 2021).

O viaduto, mencionado por Ana Roberto, é o viaduto Santa Tereza, no centro da cidade, cujo baixo se tornou espaço-símbolo de apropriações culturais como o samba da meia-noite e o duelo de MC's. São recorrentes os ensaios de blocos no local, que demanda toda uma infraestrutura para conseguir, por exemplo, alguma parceria com estabelecimentos locais para uso de ponto de energia para o equipamento de som. Porque estar ali é importante, ocupar aquele espaço é simbólico, faz sentido para as pessoas pois esse espaço, segundo Ana Roberto:

Teoricamente foi designado a nós né, que é o baixo centro. Quando você disse que existe um baixo centro automaticamente tá dizendo que existe um alto centro e pô, a gente se identifica com baixo centro. A gente é do baixo centro. Então não faz sentido a gente fazer uma reunião de carnaval, um ensaio de carnaval, em um lugar que não seja nosso né, senão não é de verdade (ANA ROBERTO, 2021).

Essa identificação com determinados locais da cidade passa a gerar ocupações em espaços transformados, construídos pelas pessoas que ali vivem aqueles momentos, ainda que esporádicos, tal como propunham os Situacionistas. A prática urbana desse grupo relacionava os espaços aos comportamentos afetivos das pessoas para com eles, e a forma urbana situacionista “dependia da vontade de cada um e de todos, e esta não poderia ser ditada por um planejador. Qualquer construção dependeria da participação ativa dos cidadãos” (JACQUES, 2003, p. 19). A subversão do uso e ocupação dos espaços públicos, seja pela mudança de seu uso destinado, seja pela forma que se dão as relações sociais naquele momento, transforma a experiência normativa da cidade e a apreensão do espaço urbano. Para os Situacionistas, o lazer poderia ser agente criativo de transformação, o lúdico era elemento essencial para outro tipo de vida.

A relação pessoal-afetiva-espacial alude à expressão da identidade, individual e coletiva, que é outro ponto importante e recorrentemente mencionado que, certamente, transpassa e intersecciona a experimentação de outra realidade e imaginário de cidade, como visto na Figura 4.

## EXPRESSIONE DE IDENTIDADE

*"Pra mim o carnaval de Belo Horizonte é também isso, essa coletividade que eu disse no início é sobre pertencimento, é sobre aceitação de si mesmo [...] você tá dizendo que fica mais fácil sobreviver em grupo"*  
Ana Roberto, 2021

*"Eu comecei a frequentar a Banda Mole [...] e ali naquele lugar, naquele ambiente, eu podia ver corpos completamente diferentes e libertos, naquele momento muitas travestis saíam à rua fantasiadas, vestidas como eu via na escola de samba"*  
Cláudio Dias, 2020

*"No caso específico da população LGBT, a resistência que se forma não permite somente o brincar o carnaval, ela permite a expressão dos corpos, ela permite a expressão das vontades, dos desejos, da essência das pessoas"*  
Thiago Costa, 2020

*"A cidade tem outro valor. Eu tenho outro valor pessoal com a cidade. O carnaval é mais do que festa, foi e é construção de identidade para mim"*  
Ana Paula Vargas, 2021

*"Eu queria muito que isso reverberasse ao longo dos anos. Eu queria muito ter essa tranquilidade de poder ser o que sou com autenticidade no dia a dia, né?"*  
Rafael Ventura, 2021

*"No carnaval, eu vejo que eu posso não só transitar, mas ocupar né? Fazer sentido. O meu corpo faz sentido para muitos, para muitas, muitos, inclusive, que pensam bem diferente de mim, mas que compartilham daquele momento com a leveza que o momento traz, com a leveza que a festa traz, e que vibram junto comigo, que veem sentido na minha voz, que veem sentido na minha existência"*  
Rafael Ventura, 2021

*"Boa parte das pessoas que eu conheço entrou para os blocos por causa da saúde mental. Questão de autoestima, de liberar o corpo, de alguma espécie de fobia, de não conseguir conversar"*  
Railla Noccelin, 2021

*"Participar de blocos de rua, da construção desse carnaval político e posicionado me deu um lugar em meio aos prédios e ruas. Os pontos de ensaios, shows e cortejos se misturam ao meu mapeamento simbólico da cidade. Me libertei de medos, conheci o pertencimento a um grupo e lugar, me permiti estar nos locais públicos me sentindo segura por estar cercada de meus iguais. Finalmente as ruas deixaram de ser lugar de estranhamento para ser lugar de conquista de espaços para mim"*  
Ana Paula Vargas, 2021

EXPERIMENTAÇÃO DE OUTRA REALIDADE

**Figura 04:** Narrativas LGBT+ sobre a expressão de identidade, que também perpassam sobre a experimentação de outra realidade. Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

por que você gosta tanto de rua, essa menina ama uma rua. E hoje eu percebo que eu tava protelando ao máximo a minha volta pra casa porque, por mais que não pudesse lascar um beijão na menina, em casa ia ser pior. Então eu aproveitava o tiquim de liberdade que eu achava que eu tinha e foi assim por muito tempo (SOFIA SIMÃO, 2021).

As ruas, as praças, ainda que muitas vezes inseguras para pessoas LGBT+, acabam se tornando parte essencial da experiência possível na vivência dessa identidade. Tarka Choucair relata, de modo semelhante, que nos espaços públicos era onde podia exercer sua sexualidade: "Eu nasci em Contagem [...] e pra ser sapatão lá era só na rua mesmo, na Praça da Glória e na parada gay. [...] Meus pais na época não me aceitavam como lésbica e era na rua que eu existia enquanto sapatão" (CHOUCAIR, 2021). No Carnaval de Rua, portanto, onde a vivência individual se multiplica em milhares de corpos, a experiência se potencializa através da representatividade, com o reconhecimento de corpos e atitudes semelhantes, em liberdade, contribuindo para a autoaceitação, que também passa pela coletividade e pelo sentimento de pertencer a um grupo. A expressão dos corpos, das vontades, da essência das pessoas no Carnaval de Rua, como apontou Thiago Costa, gera espaços seguros de luta e celebração da liberdade, que contribuem na conformação da identidade, que é individual mas também é coletiva, motivada por um sentimento de resistência.

A ideia de ocupação da cidade em seu todo, de forma ampla, consciente, democrática, inclusiva, passa pela resistência, passa pela luta. Sentir-se pertencente à cidade e sentir que a cidade pertence a nós é essencial para a construção da nossa identidade cidadã. Isso não é diferente para população LGBT ou para qualquer outro grupo que seja privado de vivenciar a cidade como um todo (COSTA, 2020).

Algumas narrativas contam sobre a importância da rua, dos espaços públicos, na descoberta e na aceitação de uma identidade LGBT+, principalmente no processo em que a família ainda não sabe ou não aceita uma sexualidade diferente da norma.

Quando eu descobri que eu gostava de mulher eu tinha 13 pra 14 anos, então eu ficava na praça, na rua, enfim. Eu lembro de um episódio, eu gostava de uma menina na escola e a gente ficava de rolê pelo bairro, escondidas atrás dos carros e tudo, e a minha avó, assim que eu chegava em casa, me perguntava por que que eu gostava tanto de rua. Eu lembro disso, dela falando várias vezes em várias situações,

A coletividade conformada através dessa identificação com outros corpos e também com a cidade contribui com a constituição de forças de enfrentamento à heteronormatividade e à violência, impostas na realidade. Essa coletividade está

diretamente ligada às formas de luta e resistência identificadas através da festa e à importância da expansão dessa liberdade para outros momentos e locais, para que suas vozes e protagonismo possam reverberar para além, como pode ser observado na Figura 5. Esse carnaval alimenta a esperança da luta pela sobrevivência e pela autoafirmação de identidades e personalidades, que parece tão penosa em outros momentos.



A gente ocupa o espaço público, quando a gente tá no cortejo, quando a gente tá construindo o ensaio, quando a gente tá construindo o carnaval, para passar uma mensagem né, para contar uma história que é invisibilizada, que é excluída, que não é normalmente a história que é contada, pra gente disputar também uma narrativa de leitura da sociedade (GISELLE MAIA, 2021)

Como narrado por Giselle Maia, ocupar os espaços públicos da cidade é contar uma outra narrativa, outra leitura, de histórias (e corpos) que não são contempladas nos relatos oficiais, hegemônicos. A resistência e a luta, tão presentes em tantas falas, dizem respeito não só ao direito individual de exercer uma sexualidade, uma identidade de gênero, mas também normatizar esses corpos e relações, mostra-los à sociedade, contar sobre sua invisibilização. As narrativas contra hegemônicas podem ser poderosas formas de resistência no combate dos dispositivos como o da sexualidade, no conceito de Foucault, que tendem a limitar e oprimir experiências diversas (FOUCAULT, 2013).

A construção de Situações seria "a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior" (DEBORD, 2003, p. 54), o que pode ser aplicado ao imaginário criado pelo Carnaval de Rua. Sua efemeridade se assemelha às Situações enquanto unidades de comportamento temporal, ou campos de atividades temporárias favoráveis aos desejos reconhecidos com maior ou menor clareza, que resultariam numa nova e diferente realidade (IS, 2003).

O direito à autoafirmação, ao protagonismo, a oportunidade de ser ouvido por centenas de milhares de pessoas, a possibilidade de se ser completo, a luta pela liberdade de ser quem se é, a luta por sobrevivência e, além de apenas viver, também poder celebrar. Esses pontos, apontados nas histórias que aparecem na figura anterior, demonstram com clareza a urgência de uma cidade mais inclusiva, mais segura, mais alegre, mais diversa. Como apontou Rubens Aredes, "Eu não posso esperar o ano inteiro para dar pausa no tempo corrente e dar play numa outra temporalidade onde eu posso ser gay livremente" (AREDES, 2021).

O ideal situacionista pregava a revolução pelo lúdico, pelo prazer, pela experiência de uma cidade participativa e realmente vivida. A vida cotidiana espetacularizada,

segundo o grupo, não conduz ao lazer, carece de imaginação e é esvaziada de qualquer preocupação lúdica. Ser Situacionista indicava derrubar normas que impedissem atividades culturais, em nome de uma vida mais feliz e um urbanismo feito para dar prazer (CONSTANT, 2003). Debruçar-se sobre o ideal situacionista é apaixonar-se, é sonhar com revolução, com outro mundo, com cidades transformadas, onde a aglomeração é indispensável, bem como a relação entre espaço público urbano e comportamento humano. Viver o Carnaval de Rua de Belo Horizonte, como contam as histórias compartilhadas neste trabalho, é experimentar essa cidade possível, onde é permitido ser quem se é e lutar por uma vivência mais completa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Situacionistas buscavam intervir no meio urbano, tratando-o como terreno de ação, buscando novas formas de viver e lutar contra a normatividade. A ausência de paixão posta pela espetacularização das sociedades é diretamente contraposta às emoções experienciadas no carnaval. A utilização das ruas como espaços de disputa por esses coletivos carnavalescos escancara as paixões daqueles que se permitem viver aquela outra realidade, onde os corpos se veem mais libertos, os desejos encontram maior permissividade, onde se esquece, ainda que momentaneamente, a realidade dura e violenta com a qual pessoas LGBTQ+ lidam todos os dias.

A repressão social imposta nos espaços públicos pela heteronormatividade se vê mais branda nos dias em que acontece a festa, quando estão reunidos esses grupos que clamam por visibilidade, pelo direito à cidade e à vida. Em contraposição ao imaginário vivenciado no carnaval, fora dele nota-se o quanto os espaços públicos tendem a ser pouco inclusivos, personificados através de ações repressoras e violentas.

Ao se comparar as narrativas carnavalescas com as cotidianas, reforça-se a construção da conjuntura brasileira sobre a tratativa dada aos espaços públicos, sobre a ocorrência constante de variadas formas de violência e a falha na aplicabilidade de leis de direitos e proteção à comunidade LGBTQ+. A cartografia proposta neste trabalho buscou demonstrar as possibilidades de experimentação e criação de novos imaginários coletivos, que permitam uma vivência urbana e identitária mais plena, apesar do cenário de retrocessos políticos, de esvaziamento ideológico dos espaços públicos, de apagamento de grupos minoritários em função do manutenção dos poderes hegemônicos.

Essa outra realidade denota uma subversão das relações de poder dominantes na sociedade e nos espaços públicos, e a liberdade de manifestação nesses espaços transformados é evidenciada. Pelo prazer da festa na vivência da cidade, essa experiência de um outro imaginário coletivo se conecta à busca por um direito à cidade, constantemente negado àqueles que não estão condicionados à normatividade social produzida.

Quando conceitua direito à cidade, Lefebvre aponta a necessidade de existirem diferentes práticas urbanas capazes de romper com modelos impostos na direção de novas possibilidades (LEFEBVRE, 2011). A festa é apontada como prática social subversiva, que se utiliza do espaço de modo não-hegemônico, contrário ao ideal de domesticação e moralismo, permitindo a liberação de excessos e prazeres. O Carnaval de Rua, conforme entendido através das narrativas, provoca transformações nas dinâmicas sócio-espaciais, levando a outras possibilidades de vivências urbanas, mais completas, justas ou de maior equidade, onde anseios por novas experiências ganham espaço.

O desejo unânime das histórias narradas pelos vivenciadores é de que fosse carnaval todo dia. O espaço urbano possível dentro da festa conta com tolerância,

respeito, permissividade, parecendo ser uma vivência real de um direito à cidade, mas que permanece no imaginário. Que acontece, é vivida, mas não transborda para o cotidiano. Perduram os questionamentos: o que falta para que a cidade seja carnavalizada, seja realmente espaço do encontro, do movimento, do imprevisto? Como transformar uma realidade violenta em espaços possíveis de vivências urbanas plenas, onde grupos reprimidos possam, simplesmente, exercerem o direito de ser quem são? Se o direito à cidade é experienciado no Carnaval de Rua, como torná-lo efetivo fora dele? É possível que essa fantasia seja eterna?

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M.; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de, (organizadores). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

CARVALHO, C. O.; MACEDO JÚNIOR, G. S. **Isto é um lugar de respeito: A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano**. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, vol. 09, nº 1, pp. 103-116, 2017.

CONSTANT. Outra cidade para outra vida. *In*: JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 114-117.

DEBORD, Guy-Ernest. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência Situacionista Internacional. *In*: JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 43-59.

DECRETO Nº 13.798, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1380/13798/decreto-n-13798-2009-proibe-relizacao-de-eventos-de-qualquer-natureza-na-praca-da-estacao-nesta-capital-2010-05-04-versao-compilada>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

DECRETO Nº 13.960, DE 4 DE MAIO DE 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/>

decreto/2010/1396/13960/decreto-n-13960-2010-revoga-o-decreto-n-13798-de-09-de-dezembro-de-2009. Acesso em 31 de outubro de 2019.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideologia**. Madrid: Catarata, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Edições Graal, 2013.

ICONOCLASISTAS. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa** / Julia Rislér y Pablo Ares. - 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2013.

IS – INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Questões preliminares à construção de uma Situação. *In:*

JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 62-64.

JACQUES, Paola Berenstein. Apresentação. *In:* JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 13-30.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.**

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte. **Belo Horizonte vive o melhor Carnaval da sua história**. Belo Horizonte, 04 mar. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belo-horizonte-vive-o-melhor-carnaval-da-sua-historia>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

SANTOS, Lauane dos. **Orgulho LGBTQI+: conheça avanços e direitos conquistados nos últimos 50 anos de luta**. Disponível em: <https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2020/6/25/orgulho-lgbtqi-conheca-avancos-e-direitos-conquistados-nos-ultimos-50-anos-de-luta/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

SILVA, A. L.; SANTOS, S. M. M. **O sol não nasce para todos: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT**. SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498-516, jul.-dez./2015.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A rua e o medo: Algumas considerações sobre a violência contra jovens homossexuais em espaços públicos**. In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.2, n.1, p.122-132, jan. / jul. 2011.

**\*Carolina Rodrigues Chaves Nogueira** é arquiteta urbanista, mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais. Temas de interesse: espaço público, suas formas de apropriação e produção social, direito à cidade, memórias e conformações de identidade de grupos urbanos através da cultura. E-mail: carol.rc.nogueira@gmail.com

**Raquel Garcia Gonçalves** é arquiteta urbanista, doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ. Professora do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Coordenadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Temas de interesse: conflitos urbanos, participação popular, políticas públicas, direito à cidade, gênero, planejamento urbano. E-mail: raquelgargon@hotmail.com